

## **REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES**

**(Do Sr. Dep. Fábio Souto)**

Solicita informações ao Sr. Ministro do Trabalho e Emprego sobre a aplicação de recursos do Plano Nacional de Qualificação – PNQ.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50, §2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115, inciso "I" e 116, do Regimento Interno, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro do Trabalho e Emprego, no sentido de esclarecer esta Casa quanto à destinação dos recursos financeiros aplicados no Plano Nacional de Qualificação – PNQ.

### **JUSTIFICAÇÃO**

A substituição do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR que teve oito anos de duração, quadriênios 1995 a 1998 e 1999 a 2002, pelo Plano Nacional de Qualificação – PNQ, foi justificada pelo atual Governo como a solução para desvios e erros de planejamento do programa anterior.

O PNQ foi firmado sobre a premissa ética de garantir transparência no uso e gestão dos recursos públicos, por intermédio da adoção das recomendações da Secretaria Federal de Controle – SFC/Corregedoria-Geral da União – CGU e do Tribunal de Contas da União – TCU.

Para tanto, o Governo assumiu o compromisso de adotar mecanismos permanentes de monitoramento dos contratos e uniformizá-los, aplicar procedimentos de redução de custos intermediários (passagens, diárias, etc.); garantir autonomia do sistema de avaliação frente à gestão e à realização dos planos; garantir um sistema de monitoramento, em tempo real e de modo eficiente e disponibilização de informações atualizadas via Internet.

O Governo Lula reconheceu que o “grande conjunto de mudanças exige um tempo para implantação, inclusive por limitações orçamentárias, mas sobretudo pela necessidade de disseminação de uma nova cultura, considerou-se 2003 um período de transição, com a implementação plena do PNQ, a partir de 2004.”

O ano da implementação plena do PNQ, 2004, já está findando. É hora de demonstrar os resultados e de cumprir as promessas que povoaram o Brasil com esperanças.

Assim sendo, solicitamos informações desse Ministério a respeito da implementação do Programa Nacional de Qualificação, a senha ou equivalente para acesso às informações via internet, e, caso o sistema não esteja implementado, o envio de relatório da execução orçamentária e financeira do programa por Estado da Federação. Em relação ao Estado da Bahia, solicitamos relatório detalhado contendo o nome das entidades favorecidas e os valores recebidos

Sala das Sessões, em        de novembro de 2004.

Deputado FÁBIO SOUTO